cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.01.05 06:14:23 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 5 de janeiro de 2023 • Nº 1474 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Epifania do Senhor

PÁGINA 5

PROGRAMA

Eletrobras aprova recompra de ações

A Eletrobras aprovou um programa que permite à empresa recomprar até 202.111.946 ações ordinárias e até 27.552.681 ações preferenciais B, o que representa 10% do total em circulação na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Todas as operações serão realizadas a preço de mercado. O prazo máximo para conclusão é de 18 meses, encerrando-se em 2 de julho de 2024. Os detalhes da medida constam em comunicado aos investidores publicado terça-feira. Após o anúncio, as ações da empresa subiram ontem. Por volta de 16h, a ELET3 registrava alta de 3,24%, enquanto a ELET6 acumulava ganhos de 2,66%. O programa prevê que as ações recompradas sejam posteriormente canceladas, alienadas ou mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Segundo o comunicado, o objetivo é "incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital". PÁGINA 2

GOVERNO BOLSONARO

Houve crimes e serão apurados, diz diretor da PF

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos, afirma que haverá apuração sobre eventuais atos criminosos praticados durante o governo de Jair Bolsonaro. "A trajetória da Polícia Federal é essa, é investigar, e seguirá assim. Houve uma série de atos praticados que são crimes, e eles precisam ser apurados", disse à coluna Painel, da Folha de S.Paulo. "Se houve falha, se houve omissão, se houve algum problema, nós vamos avaliar a partir de agora", declarou. Nos últimos dias, as posses do presidente Lula e de diversos ministros tiveram o coro de "sem anistia", entoados por militantes de esquerda. É um pedido para que eventuais delitos do antigo governo, especialmente com relação à condução da pandemia. PÁGINA 5

COMBUSTÍVEIS

Prates defende rever política de paridade de preços da Petrobras

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Indicado para presidir a Petrobras, o senador Jean Paul Prates (PT) (**foto**) defendeu ontem rever a política de preços da empresa quanto à chamada paridade de importação -que leva em conta custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias. Segundo ele, os preços praticados no Brasil obedecem ao cálculo da importação mesmo quando a produção do combustível é nacional. A crítica é similar à da gestão Jair Bolsonaro (PL), que passou a buscar mudanças nos valores praticados principalmente a partir de trocas no comando da Petrobras e do Ministério de Minas e Energia. "Paridade de importação é o que para nós não faz sentido, em alguns casos. Isso vai ser trabalhado devidamente", disse Prates. "A gente tem que ter um preço que reflita o fato de a gente produzir no Brasil. É só isso. Não tem por que se assustar com isso", afirmou. Segundo ele, a prática hoje faz a refinaria cobrar pela produção nacional o equivalente a um produto importado, "sem considerar que 80% desse diesel é produzido ali do lado". Para ele, uma coisa é usar como referência o mercado internacional. "Outra é dizer que na refinaria de Duque de Caxias você tem que praticar o (preço do) diesel de Roterdã mais o (custo com o) navio que traz ele, mais o (valor para usar o) duto para chegar à refinaria... Sendo que esse diesel foi produzido ali", diz. PÁGINA 2

COMÉRCIO

Lojistas do Rio projetam alta de 2,5% nas vendas

As vendas durante o verão, especialmente no Carnaval, no Rio de Janeiro devem ser 2,5% maiores do que atingiram no mesmo período do ano passado. A expectativa é do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio). Na busca de um maior volume e para atrair os consumidores, os comerciantes vão fazer promoções, descontos, dar brindes e permitir forma de pagamento diferenciada. Para o presidente do CDLRio e do SindilojasRio, Aldo Gonçalves, esta época do ano tem significado especial para o comércio carioca. Ele lembrou que a estação coincide com a alta temporada turística, férias escolares e o carnaval. PÁGINA 4

AVAL DO PLANALTO

RICARDO STUCKERT

Lula usará primeira reunião ministerial para alinhar ações

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) marcou a primeira reunião ministerial para amanhã de manhã. De acordo com integrantes do primeiro escalão, o objetivo do encontro é alinhar as ações do governo e deixar claro que anúncios devem ter aval do Planalto. O convite foi enviado para os 37 titulares das pastas por Oswaldo Malatesta, chefe de gabinete adjunto da agenda de Lula. O encontro ocorrerá às 9h30, no Palácio do Planalto. (A pauta da reunião é) Alinhamento das ações de governo e alinhamento de procedimentos garantindo uma ação coordenada e articulada da gestão", disse o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa. O encontro ocorre após a posse da maioria dos titulares dos ministérios e em meio a um diferente entendimento no seu primeiro escalão. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: 1,12% / 105.334,46 / 1.168,72 / Volume: R$ 25.598.724.685 / Negócios: 4.198.225

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
GRUPO NATURAON NM	11.02	+8.89	+0.90
CVC BRASIL ON NM	4.25	+6.78	+0.27
P.ACUCAR-CBDON NM	16.73	+4.89	+0.78
GRUPO SOMA ON NM	9.370	+4.69	+0.420
EZTEC ON NM	13.15	+4.45	+0.56

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
SLC AGRICOLAON EJ NM	44.35	–1.84	–0.83
PETRORIO ON NM	34.09	–0.61	–0.21
RAIZEN PN N2	3.320	–0.60	–0.020
RAIADROGASILON NM	22.70	–0.53	–0.12
ENERGISA UNT N2	41.77	–0.48	–0.20

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	23.05	+3.18	+0.71
VALE ON NM	89.40	+0.18	+0.16
BRADESCO PN EJ N1	14.04	+0.29	+0.04
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	24.05	+0.29	+0.07
ELETROBRAS ON N1	40.90	+2.69	+1.07

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.269,77	+0,40
NASDAQ Composite	10.458,762	+0,69
Euro STOXX 50	3.973,84	+2,21
CAC 40	6.776,43	+2,30
FTSE 100	7.585,19	+0,41
DAX 30	14.490,78	+2,18

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	0,45% (dez.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA 5	0,46% (dez.)	Compra: 5,8060	Venda: 5,9860
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(07/12)	13,75%	0,15	até o dia 04/jan.	Compra: 5,4453	Venda: 5,4459
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(05/01)	0,71%	BM&F/grama	R$ 318,00	Compra: 5,4517	Venda: 5,4523
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(dez./22)	0,2425%	Compra: 5,7813	Venda: 5,7819	Compra: 5,4791	Venda: 5,6591

MERCADOS

Bovespa sobe 1,12% após declarações de Prates sobre Petrobras

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Após três dias de queda, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se recuperou após declarações do presidente indicado da Petrobras Jean Paul Prates amenizarem o mau-humor dos investidores. O dólar alternou altas e quedas, mas fechou estável.

O índice Ibovespa (Ibovespa), encerrou ontem aos 105.334 pontos, com alta de 1,12%. No início da tarde, o indicador chegou a cair 0,24%, mas se recuperou nas horas seguintes.

A alta da Bolsa foi puxada pelas ações da Petrobras, que subiram após o senador Jean Paul Prates (PT-RN), indicado para presidir a companhia, descartar intervenção no preço dos combustíveis e avaliar que os preços terão a cotação internacional como referência.

Os papéis ordinários (com voto em assembleia de acionistas) da Petrobras subiram 1,67%. As ações preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) valorizaram-se 3,18%.

No mercado de câmbio, o dia foi marcado pela estabilidade. O dólar comercial fechou o dia vendido a R$ 5,452, com alta de apenas 0,01%. A cotação chegou a R$ 5,47 pouco depois das 12h, mas desacelerou ao longo da tarde. Na mínima do dia, por volta das 13h15, chegou a cair para R$ 5,42.

PARIDADE

Prates defende rever política de preços da Petrobras

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

Indicado para presidir a Petrobras, o senador Jean Paul Prates (PT) defendeu ontem rever a política de preços da empresa quanto à chamada paridade de importação -que leva em conta custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias.

Segundo ele, os preços praticados no Brasil obedecem ao cálculo da importação mesmo quando a produção do combustível é nacional. A crítica é similar à da gestão Jair Bolsonaro (PL), que passou a buscar mudanças nos valores praticados principalmente a partir de trocas no comando da Petrobras e do Ministério de Minas e Energia.

"Paridade de importação é o que para nós não faz sentido, em alguns casos. Isso vai ser trabalhado devidamente", disse Prates. "A gente tem que ter um preço que reflita o fato de a gente produzir no Brasil. É só isso. Não tem por que se assustar com isso", afirmou.

Segundo ele, a prática hoje faz a refinaria cobrar pela produção nacional o equivalente a um produto importado, "sem considerar que 80% desse diesel é produzido ali do lado".

Para ele, uma coisa é usar como referência o mercado internacional. "Outra é dizer que na refinaria de Duque de Caxias você tem que praticar o (preço do) diesel de Roterdã mais o (custo com o) navio que traz ele, mais o (valor para usar o) duto para chegar à refinaria... Sendo que esse diesel foi produzido ali", diz.

Ele também disse que pode haver uma política de regionalização da referência de preços e que o assunto vai ser discutido com o governo. "Essa é uma ideia minha que a gente vai discutir no fórum adequado, que é o CNPE [Conselho Nacional de Política Energética]", disse, acrescentando que o órgão reúne a Presidência da República e uma série de ministros.

Mais cedo, Prates falou à agência Bloomberg que não haveria intervenção nos preços da companhia e nem fixação de preços -o que animou investidores da companhia na Bolsa. Depois, ele deu novas declarações a jornalistas, mas repetiu que não haveria intervenção.

"Claro que não, nunca ninguém falou em intervenção", disse. "A Petrobras não faz intervenção em preços, ela cumpre o que o mercado e o governo criam de contexto. A Petrobras reage a um contexto. Vamos criar nossa política de preços para nossos clientes", disse.

"Se eu dissesse que a Petrobras controla o preço a ponto de afetar todo o mercado nacional, eu estaria reconhecendo uma coisa que eu sou contra dizerem -que a Petrobras tem monopólio de refino, que domina o mercado, e isso não é verdade. O mercado é aberto à importação e a Petrobras tem como concorrente todas as refinarias do mundo", disse, sem se aprofundar.

Os preços de combustíveis estão entre as principais preocupações do novo governo no início do mandato. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prorrogou por 60 dias a desoneração para a maioria dos combustíveis e, enquanto isso, é debatida uma solução definitiva para o assunto.

Prates vê como factível o governo chegar a uma solução antes que acabe o período de 60 dias de desoneração.

"Acho que é perfeitamente factível a gente conseguir pensar até lá [fim de fevereiro]", disse Prates. Segundo ele, a decisão sobre a volta ou não da tributação após esse período, no entanto, é do governo -e a empresa apenas seguirá as regras vigentes.

Prates também falou que a conta de estabilização de preços, defendida por ele para ser acionada em momentos de elevação extrema da cotação do petróleo, seria abastecida por royalties a mais recebidos pela União com o aumento dos preços e pode ser direcionada a uma parte do mercado apenas -por exemplo, para o gás de cozinha ou para o diesel.

Indicado para a Petrobras, Prates estima que pode assumir o cargo de presidente interinamente em cerca de dez dias caso seja aprovado pelo conselho da companhia. Em 30 dias depois disso, uma assembleia precisa referendar o nome dele no comando da empresa.

PROGRAMA

Eletrobras aprova recompra de ações

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

A Eletrobras aprovou um programa que permite à empresa recomprar até 202.111.946 ações ordinárias e até 27.552.681 ações preferenciais B, o que representa 10% do total em circulação na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Todas as operações serão realizadas a preço de mercado. O prazo máximo para conclusão é de 18 meses, encerrando-se em 2 de julho de 2024.

Os detalhes da medida constam em comunicado aos investidores publicado terça-feira. Após o anúncio, as ações da empresa subiram ontem. Por volta de 16h, a ELET3 registrava alta de 3,24%, enquanto a ELET6 acumulava ganhos de 2,66%.

O programa prevê que as ações recompradas sejam posteriormente canceladas, alienadas ou mantidas em tesouraria, sem redução do capital social. Segundo o comunicado, o objetivo é "incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital".

A Eletrobras informa ainda que os membros do Conselho de Administração consideraram que a situação financeira atual é compatível com a execução do programa e que não haverá prejuízo para o cumprimento das obrigações assumidas com credores ou acionistas no curto prazo. Acrescentou também que a recompra só será efetivada se houver recursos disponíveis.

Ainda conforme o comunicado divulgado, as ações em tesouraria poderão ser usadas para atender aos Planos de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e Remuneração Baseado em Ações Restritas, aprovados em assembleia geral. Também podem ser destinadas "para saldar obrigações decorrentes de seus passivos relativos a demandas judiciais que discutem diferença de correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório de Energia (ECE) ou constitucionalidade do tributo".

Criada em 1962 para coordenar empresas do setor elétrico, a Eletrobras é uma sociedade de economia mista e de capital aberto.

Embora venha registrando lucros líquidos anuais desde 2018, o então presidente Jair Bolsonaro incluiu a companhia no Programa Nacional de Desestatização desenvolvido durante seu mandato, alegando que a medida possibilitaria à empresa melhorar sua capacidade de investimento e contribuir para o desenvolvimento do setor energético brasileiro.

No ano passado, foram emitidas ações que reduziram a participação da União no capital votante para menos da metade.

IMPOSTÔMETRO

Impostos pagos por brasileiros em 2022 passam de R$ 2,89 trilhões

Os impostos pagos pelos contribuintes brasileiros em todo o país em 2022 totalizaram R$ 2.890.489.835.290,32, de acordo com o Impostômetro, painel instalado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) na região central da capital paulista. Em 2021, o mesmo painel registrou aproximadamente R$ 2,6 trilhões, aumento de 11,5% de um ano para o outro.

O montante é a soma do valor arrecadado pelos governos federal, estadual e municipal incluindo taxas, contribuições, multas, juros e correção monetária.

"O avanço em 2022 aconteceu pela maior arrecadação de tributos federais, apesar das desonerações promovidas pelo governo, como foi o caso dos combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. E ainda tivemos inflação em níveis elevados, o que encarece produtos e serviços", disse o economista do Instituto Gastão Vidigal da ACSP, Ulisses Ruiz de Gamboa.

OIT

O que está em jogo no julgamento do STF sobre demissões sem justa causa

FERNANDA BRIGATTI/FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) poderá concluir ainda no primeiro semestre de 2023 um julgamento que se arrasta há 25 anos e com possíveis impactos para as relações entre empresas e empregados no Brasil.

Em uma das possibilidades à mesa, poderá proibir as demissões injustificadas, ou seja, aquelas que não tenham uma razão baseada em questões econômicas (da empresa) ou comportamentais (do empregado).

Não é essa possibilidade, porém, em discussão no STF.

O que os ministros discutem desde 1997 na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 1.625 é a legalidade de um decreto assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) cancelando a adesão do Brasil à Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

A convenção define critérios para o encerramento dos contratos de trabalho por iniciativa do empregador. Em um de seus artigos, a 158 prevê que: "não se dará término à relação de trabalho de um trabalhador a menos que exista para isso uma causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço."

No STF, o julgamento foi retomado no ano passado, mas novamente paralisado porque o ministro Gilmar Mendes pediu mais tempo para votar. A expectativa de que o julgamento seja concluído antes da metade final do ano existe porque em 2023 passa a valer um novo prazo regimental para pedidos de vista (como é chamado esse procedimento em que o ministro pede um tempo adicional para análise de casos).

Se um ministro não devolver ou não votar em até 90 dias, o processo fica automaticamente liberado para a pauta. O novo prazo começa a valer em 1º de fevereiro (a Corte está com prazos processuais suspensos até 31 de janeiro).

No caso da ADI, portanto, se Gilmar Mendes não liberar o processo até o fim de abril, ele estará automaticamente liberado para a pauta e aí dependerá da presidente Rosa Weber abrir a sessão de julgamento virtual ou levar o caso ao plenário.

DECISÃO

Existem três possibilidades principais na mesa, com base nos votos proferidos até agora. Como ainda faltam votos de três ministros -Alexandre de Moraes, Kassio Nunes e André Mendonça- e os que já se manifestaram podem mudar seus entendimentos até o fim, o resultado final segue imprevisível.

Os ministros Rosa Weber e Ricardo Levandowski e o ex-ministro Joaquim Barbosa consideraram que o decreto de FHC precisaria ter passado pelo Congresso Nacional para ter validade e, ao não fazer isso, a publicação é inconstitucional.

COM A CONVENÇÃO 158

Caso esse entendimento seja o majoritário, o advogado Luiz Antonio Franco, sócio trabalhista do escritório Machado Meyer, vê ainda outras indefinições. Uma possibilidade seria colocar em xeque todas as demissões sem justa causa recentes.

"Sem modulação, todas as demissões dos dois anos anteriores poderiam ser discutidas", afirma.

A modulação é a etapa em que o STF estabelece limites para aplicar um entendimento definido em um julgamento. O prazo de dois anos é a chamada prescrição, o tempo máximo, a partir do fim do contrato, para um trabalhador discutir judicialmente direitos.

O advogado Cassiano D'Angelo, sócio trabalhista do escritório Guadêncio, considera improvável que o Supremo finalize esse julgamento sem que haja uma modulação. Esses parâmetros podem incluir, por exemplo, a aplicação da regra apenas a grandes empresas, carreiras organizadas ou a partir de um certo número de funcionários.

É possível ainda, diz o advogado, que os ministros excluam a retroatividade da norma, e a obrigação da justificação só valeria para demissões futuras.

Na avaliação de Luiz Antonio Franco, a retomada da validade da Convenção 158 poderá gerar ainda uma segunda discussão, que poderá ou não ser contemplada pelo STF já no acórdão. A dúvida refere-se ao enquadramento dos tratados internacionais.

Nota

PREÇOS NA SAÍDA DAS FÁBRICAS CAEM 0,54%, REVELA PESQUISA

O Índice de Preços ao Produtor (IPP) registrou deflação (queda de preços) de 0,54% em novembro. Em outubro, a deflação havia sido de 0,86%. Já em novembro de 2021, o indicador acusou inflação de 1,46%. Os dados foram divulgados ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O indicador, que registra a variação de preços de produtos na saída das fábricas, acumula inflação de 4,47% de janeiro a novembro de 2022 e 4,39% em 12 meses. Quinze das 24 atividades industriais pesquisadas tiveram deflação em novembro, com destaque para outros químicos (-4,41%) e alimentos (-0,70%). Nove ramos da indústria tiveram alta de preços. Os maiores impactos vieram dos veículos (0,55%) e do refino e biocombustíveis (1,01%). Das quatro grandes categorias econômicas da indústria, duas tiveram inflação: bens de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (0,47%) e os bens de consumo duráveis (0,41%).

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Companhia fechada
CNPJ/MF: 32.398.119/0001-50 - NIRE: 333.0032928-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: DATA, HORA E LOCAL: Em 25/11/22, às 10 horas, na sede da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703-parte e 1704-parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ, por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia (Anexo I). **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Daniel Agustín Bilat, que convidou o Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a: **(i)** aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 132.000.000,00 (centro e trinta e dois milhões de reais), mediante a reversão de valores da conta de reserva de lucros da Companhia e o aporte de recursos próprios; **(ii)** alteração do artigo 5º do Estatuto Social; **(iii)** consolidação do Estatuto Social; e **(iv)** autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: **(i)** O aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 132.000.000,00 (cento e trinta e dois milhões de reais), sendo (a) R$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais), mediante a reversão de tal quantia da conta de reserva de lucros da Companhia, com a consequente emissão de 82.000.000 (oitenta e dois milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada e (b) R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), mediante aporte em moeda corrente, com a consequente emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, passando o capital social de R$ 308.001.000,00 (trezentos e oito milhões, e um mil reais), representado por 308.001.000 (trezentas e oito milhões e um mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, para R$ 440.001.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões e um mil reais), representado por 440.001.000 (quatrocentos e quarenta milhões e um mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em observância ao critério estabelecido no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações. Os acionistas da Companhia subscrevem as correspondentes ações ordinárias e as integralizarão de acordo com os Boletins de Subscrição anexos à presente (Anexos II-A; II-B; e II-C); **(ii)** Em decorrência do aumento de capital deliberado no item (i) acima, a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$ 440.001.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões e um mil reais), dividido em 440.001.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões e um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal."* **(iii)** Em virtude da deliberação (ii) acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, conforme anexo que integra a presente ata (Anexo III); **(iv)** A autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. RJ, 25/11/22. **MESA:** Daniel Agustín Bilat - Presidente; Juan-Gabriel Lopez Moreno - Secretário. **ACIONISTAS: CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.; COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A.; BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** (representado por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.).

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO ANEXO À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2022 - CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. - CAPÍTULO I: DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO: Artigo 1º - A companhia tem a denominação de **CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** ("Companhia") e é uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson n.º 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios ou representações em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, mediante deliberação dos Diretores. Artigo 3º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II: OBJETO SOCIAL:** Artigo 4º - A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social, a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado, composto pelas instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão, referente ao Lote 10, do Leilão de Transmissão de Energia Elétrica nº 004/2018-ANEEL, localizada no estado do Rio Grande do Sul, compostas pela: (a) LT 525KV Guaíba 3 - Gravataí, com 127 km;(b)- LT 525KV Santa Vitória do Palmar - Marmeleiro, C2, com 48 km;(c)- LT 525KV Povo Novo - Guaíba 3, C2, com 245 km;(d)- LT 525KV Marmeleiro - Povo Novo, C2, com 152 km;(e)- LT 525KV Nova Santa Rita - Guaíba 3, C2, com 36 km;(f)- LT 525 kV Candiota 2 - Guaíba 3, CD, C1 e C2, com 2 x 279 km;(g)- LT 230kV Guaíba 2 - Guaíba 3, C1, com 19 km;(h)- LT 230kV Guaíba 2 - Guaíba 3, C2, com 19 km;(i)- SE 525/230kV Guaíba 3 - (6+1Res) x 224 MVA;(j)- SE 525/230 kV Candiota 2 - (6+1Res) x 224 MVA; - Trechos de LT em 525 kV entre a SE Guaíba 3 e a LT Povo Novo - Nova Santa Rita, C1, com 1 x 4 km;(l)- Trechos de LT em 230 kV entre a LT 230kV Presidente Médici - Bagé 2 C1 e a SE Candiota 2, com 2 x 2,0 km., bem como conforme detalhamento abaixo: **(i)** executar outras atividades afins ou correlatas à implantação e operação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica, tais como investimentos em reforços, mas desde que não expressamente vedadas pelo Contrato de Concessão, referente ao Lote 10, do Leilão de Transmissão de Energia Elétrica nº 004/2018-ANEEL. **CAPÍTULO III: CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**: Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$ 440.001.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões e um mil reais), dividido em 440.001.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões e um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Primeiro - Todas as ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere a seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais. Parágrafo Segundo – É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. Parágrafo Terceiro - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$ 235.730.328,00 (duzentos e trinta e cinco milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e vinte e oito reais), sem necessidade de reforma estatutária. **CAPÍTULO IV: ASSEMBLEIAS GERAIS**: Artigo 6º - As Assembleias Gerais serão ordinárias ou extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e as extraordinárias, sempre que os interesses sociais exigirem. Artigo 7º - As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração, ou, ainda, por acionista, nos termos da Lei n.º 6.404 de 1976. Parágrafo Primeiro - A convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, em 1ª (primeira) convocação, e de 5 (cinco) dias úteis, em 2ª (segunda) convocação. Parágrafo Segundo - As Assembleias Gerais serão instaladas com a presença de acionistas representando a totalidade do capital social votante, em 1ª (primeira) convocação, e com qualquer número de acionistas em 2ª (segunda) convocação, e serão presididas alternadamente por representante de cada um dos acionistas, o qual escolherá o secretário. Artigo 8º - Compete privativamente à Assembleia Geral: (I) a modificação do objeto social da Companhia; (II) o aumento do capital social, sem prejuízo da competência específica do Conselho de Administração para aumento de capital dentro do capital social autorizado, nos termos do Artigo 13, (xxii); (III) a redução do capital social da Companhia; (IV) a emissão pública ou privada, no Brasil ou no exterior, primária ou secundária, de quaisquer ações, debêntures ou quaisquer outros valores mobiliários (conversíveis ou não) pela Companhia, caso aplicável, ou a oferta primária ou secundária de quaisquer títulos da Companhia, caso aplicável, em bolsa de valores ou outro sistema equivalente, no Brasil ou no exterior; (V) a criação de qualquer classe de ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, bem como a conversão de ações em qualquer outra classe ou espécie, ressalvada a emissão de ações ordinárias ou preferenciais dentro do limite do capital autorizado; (VI) a alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais de emissão da Companhia, caso aplicável, ou criação de nova classe mais favorecida; (VII) o pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; (VIII) alteração da política de distribuição de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos pela Companhia, sem prejuízo do disposto no Artigo 23, §1º; (IX) qualquer distribuição de juros sobre capital próprio pela Companhia; (X) a criação de qualquer reserva estatutária, reserva para contingências, reserva de capital ou reserva de lucros a realizar da Companhia, caso aplicável, assim como qualquer retenção de lucros ou a aprovação de um orçamento de capital, ressalvados o disposto nos Orçamentos Anual e Plurianual; (XI) qualquer incorporação (incluindo incorporação de parcela cindida do capital de outra sociedade), incorporação de ações, fusão, cisão, transformação, reorganização ou consolidação de negócios envolvendo a Companhia, assim como qualquer desdobramento, grupamento, cancelamento, compra de ações para manutenção em tesouraria ou resgate de ações de emissão da Companhia; (XII) a dissolução ou liquidação da Companhia ou a cessação de seu estado de liquidação, incluindo a nomeação ou remoção de liquidantes e a aprovação das contas dos liquidantes; (XIII) a fixação ou a alteração de quaisquer remunerações, bônus e/ou benefícios a serem pagos, a qualquer título, aos administradores ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, observados os parâmetros definidos no Orçamento Plurianual; (XIV) a outorga de opção de compra de ações (ou modificação nas opções já outorgadas) aos administradores, aos empregados ou aos membros do Conselho Fiscal (se instalado), conforme aplicável, da Companhia, ou a qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, organizado de acordo com a legislação brasileira ou estrangeira, que preste serviços à Companhia, acima dos valores previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual; (XV) a aprovação de reformas e modificações ao Estatuto Social da Companhia; e (XVI) participação da Companhia em qualquer grupo de sociedades (conforme artigo 265 da Lei n.º 6.404 de 1976). Parágrafo Único - Os quóruns de aprovação referentes às matérias previstas nas alíneas do *caput* desse Artigo 8º observarão o disposto na legislação aplicável e em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. **CAPÍTULO V: ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA:** Artigo 9º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. **Seção I: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Artigo 10 – O Conselho de Administração será composto por até 4 (quatro) membros titulares e 4 (quatro) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, acionistas ou não da Companhia, residentes ou não no país, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse mediante assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. Parágrafo Terceiro - Os membros suplentes do Conselho de Administração substituirão os membros titulares em suas ausências e em caso de impedimento temporário. Parágrafo Quarto - Em caso de vacância de qualquer membro do Conselho de Administração, será convocada Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da verificação da vacância. Parágrafo Quinto - A remuneração global dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação. O montante global fixado incluirá a remuneração dos Diretores e será repartido entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria de acordo com o que dispuser o Conselho de Administração. Artigo 11 – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses ou extraordinariamente, sempre que necessário. Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração, ordinárias ou não, serão convocadas por qualquer dos membros do Conselho de Administração, mediante notificação por escrito, com comprovante de recebimento, aos demais Conselheiros, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência da data pretendida para a reunião em questão, em primeira convocação, ou com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, em segunda convocação. A convocação deverá especificar todos os assuntos a serem discutidos e votados na reunião, juntamente com a cópia de todos os documentos de suporte aos referidos assuntos, bem como local, data e horário da reunião. As convocações poderão ser feitas através de carta registrada, correio eletrônico, via fac-símile ou pessoalmente, com protocolo de recebimento ou qualquer outra forma que comprove seu recebimento. Parágrafo Segundo - Independentemente das formalidades relativas à convocação, acima previstas, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração. Parágrafo Terceiro - As reuniões do Conselho de Administração instalar-se-ão com a presença da totalidade de seus membros, em 1ª (primeira) convocação, ou com qualquer número de conselheiros, em 2ª (segunda) convocação. Parágrafo Quarto - Será permitido a qualquer membro do Conselho de Administração comparecer às reuniões por vídeo ou teleconferência ou fazer-se representar nas reuniões, por qualquer outro membro, mediante procuração escrita com indicação de sua manifestação de voto sobre cada uma das matérias da ordem do dia da reunião. Os membros do Conselho de Administração que participarem da reunião remotamente deverão enviar uma declaração assinada em até 10 (dez) dias úteis, a contar da realização da reunião, confirmando por escrito o seu voto, por meio de fac-símile ou correio eletrônico, enviado em atenção ao presidente ou ao secretário da respectiva reunião. Parágrafo Quinto - Caso qualquer membro do Conselho de Administração não possa comparecer à reunião do Conselho de Administração, seja pessoalmente ou via teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação, esse membro poderá manifestar seu voto por escrito, que valerá para fins de verificação do quórum de instalação e do quórum de deliberação, desde que recebido pela Companhia com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro horas) da data da respectiva reunião do Conselho de Administração. Artigo 12 – As deliberações do Conselho de Administração constarão de ata, a qual deverá ser assinada pelos conselheiros fisicamente presentes à reunião e, posteriormente, transcrita no respectivo livro, devendo os votos que foram proferidos por conselheiros que tenham participado da reunião remotamente constar da ata e a cópia do respectivo fac-símile ou correio eletrônico contendo seu voto, conforme o caso, ser juntado ao livro logo após a transcrição da ata. Artigo 13 – Além das matérias previstas no artigo 142 da Lei n.º 6.404 de 1976, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (I) a aquisição, alienação, oneração ou, conforme aplicável, arrendamento de (a) participação em qualquer sociedade ou qualquer pessoa, natural ou jurídica, bem como qualquer ente desprovido de personalidade jurídica, ou (b) qualquer estabelecimento, exceto conforme previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; (II) a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos pela Companhia em sociedades, fundos de investimento em participações, consórcios ou joint ventures, ou a celebração, rescisão, distrato, resilição ou renovação de quaisquer parcerias, acordos, incluindo acordos de acionistas ou alianças similares com quaisquer terceiros; (III) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a realização de qualquer investimento ou desinvestimento pela Companhia, incluindo a realização de quaisquer investimentos ou desinvestimentos em mercado financeiro ou de capitais, em valor superior a R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (IV) a modificação do Orçamento Plurianual e aprovação e modificação do Orçamento Anual; (V) a revisão e ratificação do Orçamento Plurianual anualmente; (VI) exceto pelas operações já previstas nos Orçamentos Plurianual e Anual e qualquer de suas alterações posteriores, a aquisição, alienação, oneração ou arrendamento de bens do ativo da Companhia de qualquer valor, independentemente de sua utilização operacional, ou a aquisição, alienação, transferência, oneração ou arrendamento de uma parcela relevante (em uma operação ou em uma série de operações relacionadas) dos ativos ou dos negócios da Companhia, em qualquer caso de valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses; (VII) exceto conforme já aprovado nos Orçamentos Plurianual e Anual, a obtenção de qualquer endividamento em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (VIII) a concessão de empréstimos de qualquer valor ou prestação de quaisquer garantias em favor de terceiros ou afiliadas, incluindo fiança ou aval, pela Companhia e as garantias aprovadas para a obtenção de financiamentos da própria Companhia, exceto a garantia exigida para importação de equipamentos pela Companhia; (IX) a realização de quaisquer atos que resultem em quaisquer ônus ou gravames nos ativos da Companhia, em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em qualquer período de 12 (doze) meses, valor este que será considerado por operação isolada ou conjunto de operações correlatas; (X) a celebração pela Companhia de quaisquer contratos, transações ou operações entre (a) de um lado, a Companhia, e (b) de outro lado, quaisquer Partes Relacionadas (conforme significado definido no item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 03 de setembro de 2010), com exceção dos contratos realizados no âmbito de contratos de empreitada de materiais e serviços por preço global celebrados pela Companhia ("EPC"), cobertos pelo preço do EPC; (XI) a celebração ou alteração de qualquer contrato ou a realização de qualquer operação pela Companhia, que resulte em qualquer obrigação de exclusividade ou não competição; (XII) a criação ou o início de atuação em qualquer novo ramo de negócio ou atividade distinto do curso normal dos negócios da Companhia, bem como o encerramento ou a alteração de qualquer negócio ou atividade desenvolvida ou explorada dentro do curso normal dos negócios da Companhia; (XIII) a contratação de operações de mercado futuro, derivativos e contratação de hedge; (XIV) a aquisição, alienação, cessão do uso, oneração ou licenciamento, seja gratuito ou oneroso, de qualquer propriedade intelectual da ou pela Companhia; (XV) a antecipação ou prorrogação do prazo de recebimento, ou liquidação antecipada de obrigações, da Companhia, de qualquer valor não previsto nos Orçamentos Plurianual e Anual; (XVI) a rescisão, resilição, aditamento ou renúncia a direitos relacionados a contratos relevantes em que seja parte a Companhia, ressalvados os subcontratos do EPC; (XVII) qualquer ato cuja natureza seja diferente do tipo de negócio realizado no curso normal dos negócios da Companhia; (XVIII) a escolha ou destituição do auditor independente da Companhia; (XIX) a implementação de qualquer alteração nos padrões, métodos e práticas contábeis utilizadas pela Companhia, a não ser que assim seja exigido por lei; (XX) a submissão de consultas a qualquer autoridade governamental, por parte da Companhia; (XXI) o pedido de cancelamento de registros, licenças ou autorizações, por parte da Companhia; (XXII) a aprovação de aumentos de capital dentro do limite do capital social autorizado; (XXIII) a rescisão ou resilição do EPC; (XXIV) em caso de rescisão ou resilição do EPC, a escolha das novas empreiteiras para a finalização do empreendimento em construção; (XXV) a eleição da Diretoria e de membros de quaisquer comitês, estatutários ou não; (XXVI) a nomeação do observador da Companhia, nos termos do EPC e de gerente técnico para acompanhar as obras; (XXVII) qualquer decisão relacionada à perícia técnica a ser realizada nos termos das cláusulas do EPC; (XXVIII) qualquer revisão do preço total a ser pago nos termos do EPC; (XXIX) qualquer notificação, início de perícia técnica, procedimento arbitral ou ação judicial relacionada ao EPC ou a outros contratos com Partes Relacionadas; (XXX) qualquer quitação a ser dada pela Companhia para Parte Relacionada, incluindo a emissão de certificado de aceitação definitiva conforme definido no EPC; (XXXI) alteração das políticas anticorrupção da Companhia; (XXXII) aprovação e distribuição de dividendos intercalares e intermediários; e (XXXIII) autorizar a realização de qualquer pagamento ou desembolso, a assunção de qualquer obrigação ou compromisso, bem como a celebração de qualquer contrato ou acordo, em valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses, por parte da Companhia, que não estejam previstos no Orçamento Anual e no Orçamento Plurianual. Artigo 14 – Compete a qualquer membro do Conselho de Administração: (i) convocar e presidir as reuniões ordinárias do Conselho de Administração; e (ii) convocar as Assembleias Gerais. Parágrafo Único - Em caso de empate em deliberação do Conselho de Administração, a respectiva matéria será submetida à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a ser convocada, por qualquer conselheiro, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da verificação do empate. **Seção II: DIRETORIA:** Artigo 15 – A Diretoria será constituída por 2 (dois) membros, ambos residentes e domiciliados no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. Parágrafo Primeiro - Os Diretores terão as atribuições estabelecidas nos parágrafos abaixo, no Artigo 17 e outras que venham a ser determinadas pelo Conselho de Administração. Parágrafo Segundo - Os membros da Diretoria terão as seguintes denominações específicas: (i) Diretor Administrativo e Financeiro, e (ii) Diretor Técnico. Parágrafo Terceiro - O Diretor Administrativo e Financeiro, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pelo Conselho de Administração, será responsável pela implementação, monitoramento e controle das políticas, diretivas e atividades financeiras, contábeis e administrativas da Companhia, tendo autonomia integral no desenvolvimento e execução de suas atividades. No exercício de suas atividades, o Diretor Administrativo e Financeiro será responsável pela coordenação e supervisão das Gerências Financeira, de Controle, de Contabilidade, de Recursos Humanos, Administrativa e de Tecnologia da Informação, as quais terão suas atribuições específicas definidas pelo Diretor Administrativo e Financeiro. Parágrafo Quarto - Caberá ainda ao Diretor Administrativo e Financeiro elaborar e apresentar aos comitês competentes, estatutários ou não, o quadro de acompanhamento dos efetivos desembolsos ocorridos para a implantação de empreendimentos, referentes aos 3 (três) meses anteriores, contendo os pagamentos mensais referentes à construção de empreendimentos, devidamente deflacionados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado para a data base referenciada em 1º de maio de 2014, bem como a documentação de suporte dos desembolsos realizados. Parágrafo Quinto - O Diretor Técnico, além de outras atribuições que poderão ser determinadas pelo Conselho de Administração, será responsável por todas as questões técnicas relacionadas diretamente à implantação de empreendimentos da Companhia, ao EPC, aos subcontratos de empresas construtoras, à contratação e pagamento de fornecedores, à operação e manutenção de empreendimentos e ao encaminhamento de informações técnicas, dentre as quais as medições mensais e documentos de acompanhamento elaborados no âmbito do EPC, aos comitês competentes, estatutários ou não. Caberá ainda ao Diretor Técnico requerer às construtoras contratadas a aquisição dos materiais e/ou equipamentos a serem adquiridos pela Companhia. Parágrafo Sexto - Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio. Parágrafo Sétimo - Terminado o prazo do mandato, os Diretores permanecerão nos seus cargos até a posse dos seus sucessores. Artigo 16 – Ocorrendo vacância do cargo de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração, no prazo 10 (dez) dias úteis, contado da verificação da vacância, para eleição do substituto, que deverá completar o restante do mandato. Artigo 17 – Ressalvados os atos para os quais a competência seja, por lei, pelo presente Estatuto Social ou por acordo de acionistas, atribuída à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração, compete à Diretoria: (i) exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral; (ii) zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral; (IV) exceto pelos investimentos ou desinvestimentos em mercado financeiro e de capitais de competência do Conselho de Administração, autorizar a realização de qualquer pagamento ou desembolso, a assunção de qualquer obrigação ou compromisso, bem como a celebração de qualquer contrato ou acordo, (a) em valor inferior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma operação isolada ou em um conjunto de operações da mesma natureza no prazo de 12 (doze) meses, por parte da Companhia, ou (b) conforme já aprovados no Orçamento Anual; (V) elaborar e submeter ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral as solicitações de aumento de capital; (VI) postergar o prazo de pagamento de quaisquer recebíveis ou liquidação de obrigações, da Companhia, de qualquer valor, conforme previsto no Orçamento Plurianual; (VII) apresentar ao Comitês de Gestão as demonstrações financeiras trimestrais em até 10 (dez) dias após sua elaboração; (VIII) abrir ou fechar filiais e/ou qualquer outro tipo de estabelecimento, seja de natureza comercial, industrial, administrativa ou outra, da Companhia; (IX) efetuar qualquer contratação e demissão de empregados e alterações nos termos e condições dos seus respectivos contratos de trabalho, níveis salariais, forma de remuneração e benefícios concedidos, desde que estejam dentro do limite do Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento; (x) constituir procuradores *ad negocia* e *ad judicia*; (xi) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; (xii) submeter aos membros do Comitê de Gestão todo e qualquer documento e/ou informação requerida; (xiii) cumprir o Orçamento Anual, sendo admitidos acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), desde que o Orçamento Plurianual de Implantação do Empreendimento não seja de qualquer forma excedido; e (xiv) cumprir, a qualquer tempo, as Políticas Anticorrupção da Companhia. Artigo 18 – Ressalvado o disposto no parágrafo único, a Companhia será representada e somente se obrigará da seguinte forma: (a) pela assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador; ou (c) pela assinatura de 2 (dois) procuradores em conjunto. Parágrafo Único - As procurações da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, especificando os poderes outorgados, sendo vedada a outorga de poderes amplos de administração ou com prazo superior a 1 (um) ano, ressalvadas, nesta última hipótese, as procurações outorgadas (i) no âmbito do processo de financiamento de longo prazo da Companhia e (ii) a advogados para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, as quais poderão ser outorgados por prazo indeterminado, observadas, em qualquer caso, as regras e limitações previstas neste Estatuto Social. Artigo 19 – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado da Companhia que a envolverem em obrigações estranhas ao seu objeto social, salvo quando previamente autorizados pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VI: CONSELHO FISCAL:** Artigo 20 – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente. Parágrafo Primeiro - Caso venha a ser instalado, o Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento, para um mandato que durará até a primeira Assembleia Geral Ordinária seguinte à sua eleição, podendo ser reeleitos. Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. Artigo 21 – Em caso de vacância no Conselho Fiscal, será convocada Assembleia Geral, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da verificação da vacância, para eleição do substituto e respectivo suplente, para complementar o restante do mandato. Parágrafo Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII: EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS:** Artigo 22 – O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 23 – Ao fim de cada exercício, a Diretoria elaborará, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras, observada a legislação então vigente, submetendo-as ao Conselho de Administração, que, após aprová-las, as submeterá à Assembleia Geral juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício. Parágrafo Primeiro - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou referentes a períodos menores e, mediante deliberação do Conselho de Administração, distribuir dividendos intermediários com base nos resultados apurados ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros. Parágrafo Segundo - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros sobre capital próprio, podendo as importâncias pagas ou creditadas a este título ser imputadas ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Artigo 24 – Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções legais, serão aplicados: (i) 5% (cinco por cento) na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; e (ii) Os dividendos obrigatórios serão de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral determinará a destinação do saldo restante do lucro líquido do exercício, se houver. Parágrafo Segundo – Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, reverterão em favor da Companhia, na forma da lei, sendo convertidos em reserva de capital. Parágrafo Terceiro – Eventual saldo do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, da declaração do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo anterior, deduzido ainda do valor destinado pela Assembleia Geral para outras reservas de lucros cuja constituição se faça necessária, poderá ser destinado à "Reserva de Dividendos Complementares". **CAPÍTULO VIII: LIQUIDAÇÃO:** Artigo 25 – A Companhia somente será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral nomear o liquidante e determinar a forma de liquidação, devendo o Conselho Fiscal funcionar durante todo o período da liquidação. **CAPÍTULO IX: ARBITRAGEM:** Artigo 26 - Qualquer controvérsia oriunda do presente Estatuto Social, que não seja resolvida amigavelmente ("Disputa"), com exceção das controvérsias referentes a obrigações de pagar que comportem, desde logo, processo de execução judicial e aquelas que possam exigir, desde já, execução específica serão resolvidos por arbitragem, de acordo com o previsto na Lei de Arbitragem (Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996 e alterações posteriores), mediante as condições que se seguem: (a) toda e qualquer controvérsia resultante e/ou relativa à interpretação deste Estatuto Social, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade ou término contratual, deve ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem") da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), em vigência no momento do início da arbitragem. A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão à CCI. Caso o Regulamento de Arbitragem contenha qualquer omissão, as disposições processuais da Lei de Arbitragem e do Código de Processo Civil serão aplicáveis, nesta ordem. (b) A sede da arbitragem será na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde será proferida a sentença arbitral. A arbitragem será regida pelas leis da República Federativa do Brasil e será uma arbitragem de direito, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. Os acionistas e a Companhia concordam em envidar seus melhores esforços para alcançar solução rápida, econômica e justa a qualquer conflito submetido à arbitragem. A língua oficial da arbitragem será o Português. (c) O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será constituído por 3 (três) árbitros, cabendo ao(s) autor(es) do pedido arbitral conjuntamente, de um lado, a indicação de um árbitro, por outro lado, caberá(ao) ao(s) réu(s), conjuntamente, a indicação de outro árbitro. Os árbitros indicados, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Caso o(s) autor(es) e/ou o(s) réu(s) deixe(m) de indicar árbitro e/ou os 2 (dois) árbitros indicados pelos mesmos deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da CCI indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento de Arbitragem. (d) Durante o procedimento, cada parte envolvida no conflito será responsável por seus próprios custos de arbitragem, incluindo honorários advocatícios. Os honorários dos árbitros e demais despesas com a arbitragem deverão ser rateados entre as partes envolvidas no conflito em proporções iguais. (e) A parte sobre a qual for imposta a decisão desfavorável deverá pagar os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a CCI, se de outro modo não for estabelecido na decisão arbitral. As partes arcarão com os custos e honorários dos seus respectivos advogados, sem prejuízo dos ônus da sucumbência, fixados pelo Tribunal Arbitral. (f) Cada parte e a Companhia permanecem com o direito de propor no juízo comum competente as medidas judiciais que visem à obtenção de provimentos cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arb

VERÃO: Chuva durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 28º 22º 85% 05:12 18:41

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 32.184.487/0001-04 - NIRE 33.3.0033425-4
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 12/12/22, às 09h00: **1. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** 12/12/22 às 09h00 horas, na sede social da Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), nesta Cidade e Estado do RJ, na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1703 – parte e 1704 -parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021. **2.CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, em virtude da participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Presidente – Daniel Agustín Bilat; Secretário – Leandro da Silva Reis. **4.ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** aumento de capital social da Companhia, no valor total de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), dentro do valor do capital autorizado, conforme artigo 5º, Parágrafo Terceiro do seu Estatuto Social; e **(ii)** autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação acima. **5.DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: (i) O aumento do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, em montante correspondente a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), mediante a emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 (um real) cada, em observância ao critério estabelecido no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei n.º 6.404/76 e suas alterações. Em decorrência do aumento de capital ora deliberado, o capital social da Companhia passa de R$ 96.486.000,00 (noventa e seis milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil reais) dividido em 96.486.000 (noventa e seis milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal para R$ 146.486.000,00 (cento e quarenta seis milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil reais) dividido em 146.486.000 (cento e quarenta seis milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os acionistas da Companhia subscrevem as correspondentes ações ordinárias e as integralizarão de acordo com os Boletins de Subscrição anexos à presente (Anexos I-A e I-B). Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para a formalização da deliberação acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. **6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. RJ, 12/12/22. A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro da Companhia. Mesa: Daniel Agustin Bilat - **Presidente;** Leandro da Silva Reis - **Secretário. Visto do Advogado:** Bruna Lage Richter - OAB-RJ n.º 158.899. Jucerja nº 5215858 em 21/12/22.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — MINISTÉRIO DA DEFESA — PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA/RJ, por intermédio do Pregoeiro designado, torna público o resultado do Pregão nº 26/2022, de aquisição de material de consumo, sendo os itens adjudicados para as empresas. Itens 1, 23, 33, 42, 43, 44, 45, 59, 72, 76 - 23.646.675/0001-08 PROSPERE CONSTRUCOES, REFORMAS, SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAI AUTO Total R$ 16.066,40; Itens 2, 35, 65, 68, 73 - 31.868.626/0001-48 - VRM COMERCIO E SERVICOS LTDA – TOTAL R$5.926,90; Item 3, 79 - 8.682.286/0001-51 - JULIANO O. SANTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA – Total R$ 6.630,00; Itens 4, 5, 6 - 7.305.688/0001-81 - STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA, Total R$ 4.338,10; Item 7 - 00.658.540/0001-67 - DEBRIN BRASIL LTDA – Total R$ 3.899,00; Itens 8 e 9 - 43.299.151/0001-03 - SUPRIPRIME SUPRIMENTOS DE INFORMATICA EIRELI – Total R$ 2.160,00; Itens 10, 30, 51 - 12.811.487/0001-71 - MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA – Total R$ 5.989,90; Itens 11, 13, 20 e 63 - 31.354.105/0001-72 - OMEGA PRODUTOS E SERVICOS EIRELI – Total: R$ 16.471,36; Itens 12,14 - 43.273.828/0001-26 - FELIPE DA SILVA FRANCISCO 40146096851 – Total R$ 3.415,00; Itens 15, 75 - 36.310.930/0001-99 - Y S DIAS COMERCIO DE PAPELARIA – Total R$ 4.171,90; Item 16 - 03.851.189/0001-14 - HABIB DECORACOES DE ITAJUBA LTDA – Total R$ 840,00; Itens 17, 18 - 10.511.650/0001-55 - ECCAGIO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – Total R$ 23.713,00; Itens 19, 38, 46, 49 - 07.692.391/0001-00 - SHAPER DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS LTDA – Total R$ 13.472,20; Item 22 - 24.090.700/0001-82 - DMGR COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS EIRELI – Total R$ 2.425,00; Item 22 - 47.378.309/0001-83 - NUNES DE ALMEIDA LTDA – Total R$ 1.193,80; Item 28 - 46.906.919/0001-40 - ART PAPER INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA – Total R$ 16.800,00; Itens 29, 56, 60, 61 - 30.235.521/0001-99 - CLEARLIMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA – Total 5.255,00; Itens 31, 53 - 27.039.914/0001-12 - ALNETTO COMERCIAL E SERVICOS EIRELI – Total R$ 6.750,00; Item 32 - 17.526.067/0001-67 - VIPE COMERCIAL EIRELI – Total R$ 1.717,50; Item 34, 40 - 41.063.862/0001-40 - AKITEM COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA – Total R$ 1.396,00; Item 37 - 05.291.541/0001-30 - TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA – Total R$ 1.047,50; Item 39 - 22.077.847/0001-07 - JOSE DANTAS DINIZ FILHO – Total R$ 1.859,00; Item 41 - 48.071.647/0001-30 - MATHEUS COSTA ARAUJO DE OLIVEIRA 14674028779 – Total R$ 798,00; Itens 62, 64, 67, 80 - 12.032.954/0001-65 - MEGABOR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E VESTUARIO LTDA – Total R$ 7.141,80Itens 70, 71 - 39.334.587/0001-00- ALEXANDRE FREIRE – Total R$ 2.870,70; Item 74- 22.722.212/0001-15 - BREMER DA SILVA SOUZA CAMPOS 16608898711 – Total R$ 850,00; Item 78 - 11.383.230/0001-01 - AMAZONAS COMERCIO DE ADESIVOS E BRINDES LTDA – Total R$ 2.094,00; Item 52 - 41.414.135/0001-80 - MMK TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA – Total R$ 800,00; Valor Global da Licitação: R$ 160,092,06.

MAX LUIZ DA SILVA BARRETO - Cel Av R/1
Ordenador de Despesas

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 26.885.182/0001-19 - NIRE: 33.3.00322574
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: DATA, HORA E LOCAL: Em 19/11/22, às 15:00 horas, na sede da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703(parte) e 1704(parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, por meio de videoconferência. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Daniel Agustín Bilat, que convidou o Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a reeleição dos membros titulares e membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram a reeleição dos membros titulares do Conselho de Administração da Companhia: Sr. **Daniel Agustín Bilat**, brasileiro, divorciado, industrial, portador da carteira de identidade n.º 31.038.159-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021, Cidade e Estado do RJ; Sr. **Leandro da Silva Reis**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n° 1506621, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.722.601-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701 (parte), Centro, CEP 20.030-021, Cidade e Estado do RJ; Sr. **Juan-Gabriel Lopez Moreno**, espanhol, casado, engenheiro industrial, portador de cédula de identidade para estrangeiros RNE G017875-R, inscrito no CPF/ME 236.976.318-37 e com endereço profissional na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo/SP; e Sr. **Fernando Martinez-Caro**, espanhol, casado, engenheiro civil, do passaporte No. AH637358, inscrito no CPF/MF sob o nº 237.843.578-90, com endereço na 181 Bay Street, Suite 300, Toronto, Ontario, M5J 2T3, bem como dos seguintes membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia: Sr. **Carlos Eduardo Assumpção Olesko**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 077751-1, expedida pelo CREA/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.186.359-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701 (parte), na Cidade e Estado do RJ, como suplente do Sr. **Daniel Agustín Bilat**; Sr. **Germán Sánchez González**, espanhol, solteiro, industrial, portador do visto permanente e da carteira de identidade de estrangeiro, registrado no Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) sob o n.º V986674-2, inscrito no CPF/MF sob o n.º 062.519.617-16, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, na Cidade e Estado do RJ, como suplente do Sr. **Leandro da Silva Reis**; Sr. **Paulo Vollu Cyríaco**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 12.722.217-2, expedida pelo Instituto Felix Pacheco do estado do RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 085.804.697-08, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, na capital do Estado de São Paulo, como suplente do Sr. **Fernando Martinez-Caro;** e Sr. **Filipe de Aguiar Vasconcelos Carneiro**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade n.º 110.689, expedida pela OAB/MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 061.806.066-92, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, 10º andar, Itaim Bibi, na capital do Estado de São Paulo, como suplente do Sr. **Juan-Gabriel Lopez Moreno.** Todos os Conselheiros ora reeleitos terão mandato unificado de 1 (um) ano, ou seja, até 19/11/23, e assumem seus cargos na presente data, mediante a apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexo I à presente Ata e, no caso dos conselheiros não residentes, de apresentação de instrumentos de mandato para os fins do art. 146, §2º da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada. Fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários para formalizar as deliberações acima, bem como publicar a ata em forma de extrato. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. Acionistas: Cymi Construções e Participações S.A.; Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.); e Quantum Participações S.A. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. RJ, 19/11/22. **MESA:** Daniel Agustín Bilat - Presidente; Juan-Gabriel Lopez Moreno - Secretário. **ACIONISTAS**: CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.; BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (representado por Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.); QUANTUM PARTICIPAÇÕES S.A. Jucerja nº 5214569 em 20/12/22.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

COMÉRCIO

Lojistas projetam alta de 2,5% nas vendas de verão

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

As vendas durante o verão, especialmente no Carnaval, no Rio de Janeiro devem ser 2,5% maiores do que atingiram no mesmo período do ano passado. A expectativa é do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio) e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio). Na busca de um maior volume e para atrair os consumidores, os comerciantes vão fazer promoções, descontos, dar brindes e permitir forma de pagamento diferenciada.

Para o presidente do CDLRio e do SindilojasRio, Aldo Gonçalves, esta época do ano tem significado especial para o comércio carioca. Ele lembrou que a estação coincide com a alta temporada turística, férias escolares e o Carnaval. Tudo isso fortalecido pelo calor tropical.

Segundo Gonçalves, as coincidências colaboram para o crescimento das vendas, principalmente de produtos da estação, como moda de praia, roupas feminina e infantil especializadas, acessórios para fantasias e souvenires.

"Os lojistas estão animados com o grande número de visitantes que estão na cidade e esperam uma presença ainda maior do número de turistas nacionais e estrangeiros para o Carnaval".

CONFIANÇA

Em dezembro, depois de cair nos dois meses anteriores, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), cresceu 2,7 pontos e atingiu 88 pontos.

Na avaliação dos pesquisadores, o avanço do ICC está relacionado à melhora das expectativas do consumidor para os próximos meses. O Índice de Situação Atual (ISA) variou 0,1 ponto, para 70,9 pontos e se manteve estável, enquanto o Índice de Expectativas (IE) subiu 4,3 pontos, para 100,3. Esse foi o melhor resultado desde dezembro de 2019.

Na análise das faixas de renda, o indicador apontou também uma compensação de parte das perdas sofridas nos últimos dois meses, para quem tem renda mais baixa. Após forte queda no mês de novembro, os consumidores de menor poder aquisitivo identificaram que a situação financeira das famílias voltou a subir. Já os consumidores de classes de renda mais alta mantiveram o índice em patamar mais elevado.

SANEAMENTO

Concessionárias investem quase R$ 1 bilhão após leilão da Cedae

NICOLA PAMPLONA/FOLHAPRESS

A maior concessão de saneamento após a aprovação do novo marco regulatório do setor multiplicou os investimentos na rede de água e esgoto da antiga área operada pela Cedae (Companhia Estadual de Água e Esgoto), no Rio de Janeiro.

As obras já vêm surtindo efeitos na ampliação do número de habitantes atendidos e na qualidade da água da Lagoa Rodrigo de Freitas, ponto turístico na zona sul da cidade, e na baía de Guanabara, que tem praias balneáveis pela primeira vez desde 2016.

A concessão de quatro blocos de municípios para operadores privados teve início com um primeiro leilão realizado em abril de 2021 e foi concluído com outra oferta em dezembro do mesmo ano. A operação começou a ser transferida à iniciativa privada em agosto de 2021.

Desde então, as três concessionárias vencedoras dos leilões investiram R$ 963 milhões, contra R$ 220 milhões gastos pela companhia estadual em 2021. A própria Cedae fechará o ano com alta nos investimentos: até o terceiro trimestre, aportou R$ 300 milhões.

Os resultados, porém, ainda começam a ser avaliados pela Agenersa (Agência Reguladora de Água e Saneamento), que recebeu em novembro o primeiro relatório anual de indicadores da Águas do Rio, maior das concessionárias, que atende 10 milhões de pessoas.

A agência diz apenas que já foi possível verificar que os Índices de Qualidade de Água superaram a marca dos 98% previstos para o terceiro ano de concessão. Nos Índices de Qualidade de Esgoto (IQE), a meta de 98% prevista para o quinto ano foi superada em quase metade das medições.

"No primeiro ano, nosso objetivo principal foi recuperar as estruturas existentes que não estavam em pleno funcionamento", diz Alexandre Bianchini, presidente da Águas do Rio, a primeira a assumir definitivamente a operação e é fonte da maior parte dos investimentos já realizados: R$ 850 milhões.

O alvo foi a recuperação de elevatórias, reservatórios e expansão da rede, com a construção de 160 quilômetros de tubulação e a regularização da oferta de água para mais de 250 mil pessoas.

Um dos projetos de maior impacto foi a recuperação de um coletor de esgoto que sai do centro e vai até a zona sul da capital. Foram retiradas mais de 600 toneladas de resíduos, incluindo dois patinetes e um vaso sanitário.

Com isso, o sistema pôde receber mais efluentes, que foram desviados para o emissário responsável por despejar todo esse dejeto em alto mar para que o oceano o dilua naturalmente. O resultado deixa Bianchini otimista com relação à possibilidade de despoluição da baía.

Para os próximos anos de concessão, a empresa investirá num cinturão de coletores de esgoto ao redor da baía de Guanabara, projeto de R$ 2,7 bilhões. "A baía troca de água a cada 18 dias. Quando a gente cessar de jogar esgoto, a água fica limpa nesse período", diz o executivo.

As obras devem gerar 50 mil empregos diretos, segundo as contas da companhia, que já tem hoje 8.000 empregados diretos e um compromisso de investir R$ 24 bilhões durante o período de concessão.

Com uma área de atuação menor, em torno de 1,2 milhão de pessoas, a segunda concessionária a assumir as operações, tem hoje 1.400 empregados. A Iguá atua na Barra e em Jacarepaguá, na zona oeste da capital, e em dois municípios do interior.

Até setembro, a empresa investiu R$ 91 milhões, com foco também em revitalização de instalações e em melhoria da segurança. As primeiras obras, diz o diretor geral da concessionária, Eduardo Dantas, já resultam em aumento do volume de esgoto que chega à estação de tratamento da concessionária.

Para os próximos meses, os principais projetos são a revitalização do complexo lagunar de Jacarepaguá, que receberá R$ 250 milhões, e a instalação de coletores de tempo seco, sistema que intercepta o esgoto nas galerias da rede pluvial, evitando que seja despejado in natura no meio ambiente.

O sistema tem críticos, mas Dantas defende que é alternativa para locais com mais dificuldades para chegar com rede separadora. "Se fizermos a dragagem [do complexo lagunar] draga e continuar chegando esgoto das comunidades, jogamos dinheiro fora."

A Rio+ Saneamento, terceira concessionária a assumir operações, em agosto, investiu até o momento R$ 41 milhões, com foco em regiões que tinham o abastecimento precário de água na capital e em Rio das Ostras, a cerca de 200 quilômetros de distância.

"O sistema de abastecimento não acompanhou o crescimento da cidade [que sedia um polo industrial do setor de petróleo]", diz o presidente da concessionária, Leonardo Righetto. No próximo ano, a cidade receberá R$ 60 milhões em uma nova adutora para resolver em definitivo o problema, diz o executivo.

Outra prioridade é redução de perdas, com a instalação de medidores e a recuperação de unidades existentes. Desde que assumiu, as operações, a empresa já ampliou sua base de clientes em 22 mil unidades e contratou cerca de mil pessoas.

Com um ritmo inédito de investimentos no estado, as concessionárias dizem que a oferta de mão de obra qualificada é um desafio para os próximos anos. Parte do quadro técnico veio de outras concessionárias dos mesmos grupos no país e parte transferida da Cedae.

A empresa estadual, que hoje tem seu foco na captação de água para a região metropolitana do Rio, promoveu dois planos de demissão voluntária desde a concessão, reduzindo seu quadro de empregados de 4,7 mil para 3,2 mil pessoas.

A empresa perdeu quase metade de sua receita, que hoje é de R$ 3,2 bilhões, mas prevê fechar o ano com resultado positivo de R$ 500 milhões, reflexo da redução de custos e da menor necessidade de investimentos na rede de abastecimento e coleta.

O foco para os próximos anos é ampliar a capacidade de abastecimento de água no estado, para acompanhar o crescimento das novas concessionárias, diz o diretor-presidente da companhia, Leonardo Soares. Para 2023, a empresa espera investir R$ 750 milhões.

Parte dos recursos serão aportados no início das obras na estação de tratamento de água Guandu 2, projeto de mais de R$ 2 bilhões que vai ampliar a capacidade dos atuais 43 para 55 metros cúbicos por segundo após três anos de obras.

E começa a panejar a expansão de outro sistema de captação, que atende os municípios a leste da Baía de Guanabara, com uma adutora que vai desviar água do rio Paraíba do Sul. "Com isso, resolvemos o problema de abastecimento pelos próximos cem anos", diz Soares.

V2I ENERGIA S.A.
CNPJ nº 34.395.916/0001-00 - NIRE 33.3.0033239-1
Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28/12/2022 - 1. Data, Hora e Local: no dia 28/12/2022, às 9:00h, na sede da V2I ENERGIA S.A., na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar, Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. Mesa:** Presidente - Sr. Cynthia Sisconetto Lemos; Secretária - Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca. **3. Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro Registro de Presença de Acionistas. **4. Convocação:** Dispensada a publicação dos editais de convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, na forma do §4º do art. 124, da Lei 6.404/76. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a aprovação da distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), a serem pagos ao acionista até o dia 30/12/2022. **6. Deliberações:** Após discutir e analisar o tema constante na ordem do dia e o balanço patrimonial da Companhia, o acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições, aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), a serem pagos até o dia 30/12/2022. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pelos presentes. **8. Assinaturas:** Mesa: Cynthia Sisconetto Lemos (Presidente) e Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Secretária). Acionista: Vinci Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, neste ato representado por sua gestora, Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. Rio de Janeiro, 28/12/2022. **Cynthia Sisconetto Lemos** - Presidente da Mesa; **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca** - Secretária. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 03/01/2023 sob o nº 00005236624, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

Nota

PREFEITURA INSTALA PLACAS DA AVENIDA REI PELÉ, EM FRENTE AO MARACANÃ

Moradores da cidade do Rio de Janeiro e turistas que passarem em frente ao Estádio do Maracanã, a partir de agora estarão transitando pela Avenida Rei Pelé. As placas indicativas foram instaladas nesta ontem, após a mudança de nome em parte da Avenida Radial Oeste decidida pelo prefeito da cidade, Eduardo Paes. Além de ter sido palco da partida em que Pelé marcou o seu milésimo gol, em 1969, contra o Vasco, o Maracanã também sediou as duas partidas em que o Santos ganhou o bicampeonato mundial interclubes, em 1962, contra o Benfica, e em 1963, contra o Milan. O trecho que passou a se chamar Avenida Rei Pelé era oficialmente batizado como Avenida Castelo Branco, em alusão ao primeiro presidente da ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. O aplicativo Google Maps inclusive já atualizou o novo nome da avenida.

GOVERNO BOLSONARO

Houve crimes e serão apurados, diz diretor da PF

JULIANA BRAGA/FOLHAPRESS

O diretor-geral da PF (Polícia Federal), Andrei Passos, afirma que haverá apuração sobre eventuais atos criminosos praticados durante o governo de Jair Bolsonaro.

"A trajetória da Polícia Federal é essa, é investigar, e seguirá assim. Houve uma série de atos praticados que são crimes, e eles precisam ser apurados", disse à coluna Painel, da Folha de S.Paulo.

"Se houve falha, se houve omissão, se houve algum problema, nós vamos avaliar a partir de agora", declarou.

Nos últimos dias, as posses do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de diversos ministros tiveram o coro de "sem anistia", entoados por militantes de esquerda. É um pedido para que eventuais delitos do antigo governo, especialmente com relação à condução da pandemia, sejam investigados.

Passos não descartou que as investigações atinjam Bolsonaro. "O que for crime será investigado, seja de quem for", afirma.

Questionado se casos antigos poderiam ser reabertos, o diretor-geral afirmou que ainda está tomando pé da situação. "Vamos analisar se há investigações a serem abertas, e as que já estão em andamento", diz.

Na terça-feira passada, o ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Benedito Gonçalves afirmou que eventuais tentativas de responsabilizar Bolsonaro e aliados por crimes cometidos durante seu mandato devem ocorrer sem perseguição.

"Eu vou repetir o que disse o ministro da Justiça (Flávio Dino): sem perseguição, as responsabilizações serão apuradas dentro do devido processo legal, com contraditório", declarou.

AVAL DO PLANALTO

Lula usará 1ª reunião ministerial para alinhar ações de governo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) marcou a primeira reunião ministerial para amanhã de manhã. De acordo com integrantes do primeiro escalão, o objetivo do encontro é alinhar as ações do governo e deixar claro que anúncios devem ter aval do Planalto.

O convite foi enviado para os 37 titulares das pastas por Oswaldo Malatesta, chefe de gabinete adjunto da agenda de Lula. O encontro ocorrerá às 9h30, no Palácio do Planalto.

(A pauta da reunião é) Alinhamento das ações de governo e alinhamento de procedimentos garantindo uma ação coordenada e articulada da gestão", disse o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa.

O encontro ocorre após a posse da maioria dos titulares dos ministérios e em meio a um diferente entendimento no seu primeiro escalão a respeito de reformas. De acordo com Costa, a reunião tratará sobre o tema.

"O presidente já marcou a primeira reunião ministerial, para, inclusive, organizar e reafirmar, e ele acabou de me dizer, qualquer proposta só será encaminhada, evidente, depois da aprovação do presidente da República", disse Rui Costa.

"E qualquer proposta, ele vai dizer isso na reunião, passará necessariamente pela Casa Civil antes de sua análise", seguiu.

A declaração foi em resposta e desautorizando o ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT).

Na terça-feira passada, Lupi disse que quer criar uma comissão com representantes de sindicatos patronais, empregados, aposentados e governo para discutir o que chamou de "antirreforma" da Previdência, aprovada no governo de Jair Bolsonaro (PL).

As falas de Lupi na terça foram mal recebidas pelo mercado financeiro. Após o discurso, a Bolsa aprofundou a queda e encerrou o dia com recuo de 2%, aos 104.165 pontos. O dólar teve alta de 1,77% na terça, cotado a R$ 5,4520 na venda, maior valor desde o final de julho.

"Só para tranquilizar. Eu sei que todo mundo tem direito a opinião, mas neste momento não há nenhuma proposta de reforma da Previdência ou coisa semelhante", disse Rui Costa após participar da cerimônia de posse de Geraldo Alckmin no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Além das declarações de Lupi, integrantes do Planalto avaliam que outros membros do governo têm gerado ruídos desnecessários com o mercado e outros atores da política.

Há avaliação de que a equipe de Haddad, além do próprio, precisam ter cautela dobrada ao dar declarações, uma vez que elas têm impacto nos indicadores econômicos.

Aliados de Lula também citaram a entrevista da ministra da Mulher, Cida Gonçalves, à Folha de S.Paulo, na qual ela afirmou que qualquer pauta sobre aborto que fosse votada no Legislativo com a composição atual teria mais retrocessos do que avanços.

A fala de Cida gerou reação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para quem a ministra se precipitou e fez um "prejulgamento" do Congresso.

Por isso, a ideia é que o presidente faça um alinhamento da gestão e comunicação, além de discutir as primeiras medidas a serem encampadas no início do governo.

Lula já havia indicado que marcaria uma reunião com seus ministros após tomar posse. "Pretendo logo depois, dois ou três dias, fazer reunião com todos os ministros para dizer o que eu quero que aconteça no país", afirmou o presidente no último dia 29, data em que finalizou a montagem de seu ministério.

BOLSONARISMO

PF ainda procura 7 por terrorismo no DF e pede prisão preventiva

FABIO SERAPIÃO/FOLHAPRESS

A Polícia Federal ainda não conseguiu cumprir 7 dos 11 mandados de prisão expedidos pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, contra bolsonaristas suspeitos de participação na tentativa de invasão ao prédio da corporação e nos atos de vandalismo que resultaram em incêndios a carros e ônibus em Brasília, no dia 12 de dezembro.

Todos são alvos da Operação Nero, deflagrada pela PF no dia 28. Apenas quatro suspeitos foram presos no primeiro dia da ação, resultado das investigações do órgão e da Polícia Civil do Distrito Federal.

Ontem, a PF pediu a conversão dos pedidos de prisão contra os foragidos de temporária para preventiva.

Um dos procurados é Alan Diego Rodrigues, suspeito de ter instalado uma bomba em um caminhão de combustíveis próximo ao aeroporto de Brasília na véspera do Natal.

A operação foi realizada no Distrito Federal, Pará, Tocantins, Ceará, Rio, São Paulo, Rondônia e Mato Grosso.

Em Brasília, foi presa uma pessoa identificada como Klio Hirano. Ela tem diversas postagens publicadas em acampamento em frente ao QG do Exército, onde manifestantes pediam uma intervenção das Forças Armadas para evitar a posse de Lula (PT).

No Rio, a pessoa detida foi Átila Mello. Ele foi preso no município de São Gonçalo.

O caso tramita sob sigilo e a reportagem não conseguiu localizar as defesas dos detidos.

Há suspeita de que alguns foragidos foram para acampamentos de bolsonaristas após a ordem de prisão de Moraes, o que dificultou a realização das prisões.

Os investigadores veem uma ligação direta entre o grupo responsável pelos atos de vandalismo em Brasília com o acampamento mantido pelos bolsonaristas no QG do Exército desde a derrota de Jair Bolsonaro (PL) no segundo turno das eleições.

Em entrevista coletiva no dia da operação, o então diretor-geral da PF Márcio Nunes disse que "quase a totalidade" dos alvos da investigação passaram pelo QG.

Os envolvidos, segundo a Polícia Civil do DF, vão de empresários do agronegócio a pastores e cabeleireiro.

Entre os crimes investigados está o de associação criminosa para abolição do Estado democrático de Direito.

O delegado Leonardo Cardoso, da Civil, confirmou em entrevista que os suspeitos frequentavam o QG, mas disse não ter indícios, até o momento, de planejamento prévio do ataque.

"Quanto ao planejamento dos atos do dia 12, ao que se apurou até o momento não havia um planejamento prévio. O que ficou comprovado na investigação é que as pessoas que participaram daquele movimento, que acabou culminando em atos de vandalismo, eram pessoas que de, alguma forma, frequentavam o movimento que está instalado no QG", afirmou.

POSSE

Marina: Brasil tem desafio de honrar Acordo de Paris

JOÃO GABRIEL/FOLHAPRESS

Marina Silva tomou posse como ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática ontem e afirmou que o país terá o desafio de cumprir com o Acordo de Paris, de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, com relação ao que era em 2005.

A ministra também revelou o primeiro nome do primeiro escalão da pasta: o ambientalista João Paulo Capobianco foi escolhido para ser secretário-executivo, cargo que já ocupou nas outras gestões de Marina à frente do ministério.

"O Brasil tem desafio para honrar o compromisso do Acordo de Paris", disse. Trata-se de uma área em que houve retrocesso devido ao aumento das emissões de carbono decorrentes do desmatamento, que se acirrou nos últimos quatro anos.

No governo Bolsonaro (PL), o Brasil aumentou, em vez de reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Em 2021, por exemplo, o aumento foi de mais de 12% com relação ao ano anterior.

Ela ainda comemorou o retorno do Serviço Florestal e da ANA (Agência Nacional de Águas) para o guarda-chuva do Meio Ambiente, órgãos que foram transferidos para outras pastas pelo ex-ministro bolsonarista Ricardo Salles. E ressaltou a criação de um conselho de questões ambientais na estrutura da Presidência.

Exaltou ainda o esforço da sociedade civil e de servidores no combate ao desmonte da área na gestão Bolsonaro, e lembrou o assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips como sintoma simbólico desse processo.

"O estrago só não foi maior por conta de organizações, servidores públicos e parlamentares que se colocaram à frente de todo esse processo de desmonte. Sobretudo servidores públicos e também setores do Judiciário, que junto com essa sociedade corajosa, se colocaram à frente como verdadeiros anteparos da resistência da luta ambiental", disse Marina.

Cardeal Tempesta

Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Epifania do Senhor

A Igreja celebra a manifestação de Jesus ao mundo inteiro na solenidade da Epifania que significa "manifestação"; e os Magos representam os povos de todas as línguas e nações que se põem a caminho, chamados por Deus, para adorar Jesus. A festa da Epifania incita todos os fiéis a partilharem dos anseios e fadigas da Igreja que "ora e trabalha ao mesmo tempo, para que a totalidade do mundo se incorpore ao Povo de Deus, Corpo do Senhor e Templo do Espírito Santo" (LG. 17). Aqui temos o plano de Deus de fazer toda a Humanidade participante da salvação em Cristo! Esta é a boa-nova, o Evangelho. Por isso, devemos hoje dar graças a Deus por nossa vocação cristã. Para que isso aconteça é preciso que trilhemos o caminho dos Magos. Qual será este caminho? Primeiramente é preciso estarmos atentos aos sinais de Deus e termos o desejo de adorá-Lo.

Na primeira leitura – o Profeta Isaías (Is 60, 1-6) – descreve a glória de Jerusalém para quem se levanta uma grande luz. Esta luz é Cristo, o Messias Salvador. Ele será luz para Jerusalém e para a nova Jerusalém, a Igreja e toda a Humanidade. Cumpre-se o que o profeta Isaías falara na primeira leitura: "Levanta-te, Jerusalém, acende as luzes, porque chegou tua luz, apareceu sobre ti a glória do Senhor! Eis que está a terra envolvida em trevas, e nuvens cobrem os povos; mas sobre ti apareceu o Senhor, e sua glória já se manifesta sobre ti! Levanta os olhos ao redor e vê: será uma inundação de camelos de Madiã e Efa; virão todos os de Sabá, trazendo ouro e incenso e proclamando a glória do Senhor!" Mas, estejamos atentos, porque a festa de hoje esconde um drama: a Jerusalém segundo a carne não reconheceu o Salvador: "O rei Herodes ficou perturbado, assim como toda a cidade de Jerusalém". Ela conhecia a profecia, mas de nada lhe adiantou, pela dureza de coração. É na nova Jerusalém, na Igreja, que somos nós, na nossa Mãe católica, que esta profecia de Isaías se cumpre. É a Igreja que acolherá todos os povos, unidos não pelos laços da carne, mas pela mesma fé em Cristo e o mesmo batismo no seu Espírito.

Na segunda leitura desta missa – (Ef 3,2-3a.5-6) – São Paulo nos fala de um Mistério escondido e que agora foi revelado: "os pagãos são admitidos à mesma herança, são membros do mesmo corpo, são associados à mesma promessa em Jesus Cristo, por meio do Evangelho". Eis: com a visita dos magos, pagãos vindos de longe, é prefigurado o anúncio do Evangelho aos não judeus, aos pagãos, aos que desconheciam o Deus de Israel. Ainda Santo Agostinho, explicando o mistério da festa hodierna, explicava muito bem: "Ele é a nossa paz, ele, que de dois povos fez um só (cf. Ef 2,14). Já se revela qual pedra angular, este Recém-nascido que é anunciado e como tal aparece nos primórdios do nascimento. Começa a unir em si dois muros de pontos diversos, ao conduzir os pastores da Judeia e os Magos do Oriente, a fim de formar em si mesmo, dos dois, um só homem novo, estabelecendo a paz. Paz para os que estão longe e paz para os que estão perto". É este o sentido da solenidade da santa Epifania do Senhor!

No Evangelho de hoje – Mt 2,1-12 –, Jerusalém, que conhecia a Palavra, não crê e, descrendo, não vê a Estrela, não vê a luz do Menino. Os magos, pagãos, porque têm boa vontade e são humildes, veem a Estrela do Rei, deixam tudo, partem sem saber para onde iam, deixando-se guiar pela luz do Menino e, assim, atingem o Inatingível e, vendo o Menino, reconhecem n'Ele o Deus perfeito: "ajoelharam-se diante d'Ele e O adoraram". Com humildade, oferecem-lhe o que têm: "Abriram seus cofres e lhe ofereceram presentes: ouro, incenso e mirra": ouro para o Rei, incenso para o Deus, mirra para o que, feito homem, morrerá e será sepultado! Os magos creem, encontram o Menino e "sentiram uma alegria muito grande".

Deixemo-nos guiar pela Estrela do Menino, deixemo-nos iluminar pela sua luz! Com os magos, ajoelhemo-nos diante daqu'Ele que nasceu para nós e está nos braços da sempre Virgem Maria Mãe de Deus: ofereçamos-lhe nossos dons: não mais mirra, incenso e ouro, mas a nossa liberdade, a nossa consciência e a nossa decisão de segui-Lo até o fim. Assim, alegrar-nos-emos com grande alegria e voltaremos ao mundo por outro caminho, "não em orgias e bebedeiras, nem em devassidão e libertinagem, nem em rixas e ciúmes. Mas vestivos do Senhor Jesus e não procureis satisfazer os desejos da carne. Deixemos as obras das trevas e vistamos a armadura da luz" (Rm 13, 13.12).

Peçamos ao Senhor que Ele nos faça seguir o mesmo itinerário percorrido pelos magos e nos coloquemos a caminho. Que a luz da estrela de Belém nos conduza ao Encontro do Menino Deus e após este encontro, possamos também nós seguir por um outro caminho: o caminho da conversão, o caminho da santidade, o caminho de uma vida nova.

VERÃO: Chuva durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 20º 18º 85% 05:26 18:59

2024

Apoio a Boulos em eleição à Prefeitura de SP abre disputas no PT

VICTORIA AZEVEDO E JOELMIR TAVARES/FOLHAPRESS

O compromisso firmado com dois anos de antecedência pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o PT apoiar Guilherme Boulos (PSOL) na eleição para a Prefeitura de São Paulo em 2024 poderá deixar o partido sem representante próprio na corrida municipal pela primeira vez em quase 40 anos.

Embora o acordo tenha sido reafirmado em público por Lula e líderes da legenda como o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), alas petistas que resistem à ideia já discutem o assunto internamente.

Desde o pleito de 1985, quando os paulistanos voltaram a escolher o governante municipal por meio do voto direto, o PT sempre lançou postulantes ao cargo, que conquistou três vezes: com Luiza Erundina, em 1988, Marta Suplicy, em 2000, e Haddad, em 2012.

A cidade, um dos berços do petismo, sempre foi tratada como estratégica. A possibilidade de ceder a cabeça de chapa ao nome de outra sigla entrou em discussão com a aliança de esquerda, liderada por Haddad, para a disputa do governo estadual em 2022. Ele saiu derrotado no segundo turno.

Boulos abriu mão de sua candidatura a governador com a sinalização de apoio para a corrida à prefeitura.

O líder de movimentos de moradia concorreu ao cargo em 2020 e chegou ao segundo turno, perdendo para Bruno Covas (PSDB) -com a morte do tucano, assumiu o vice, Ricardo Nunes (MDB). Em 2022, o psolista foi eleito deputado federal com 1 milhão de votos, dos quais 48% vieram da capital paulista.

A cessão da cabeça de chapa na virtual composição para 2024 divide opiniões no PT, com a ressalva de que a aliança dependerá em boa medida da relação do PSOL com a gestão Lula. O partido decidiu em dezembro integrar a base do novo governo, em uma vitória da posição de Boulos.

Falando sob reserva, um dirigente petista que coloca em dúvida o acordo entre as duas legendas diz que é preciso esperar o andamento do governo e avaliar a fidelidade do PSOL como integrante da base no Congresso Nacional. Se o clima ficar ruim, o acerto terá que ser rediscutido.

Para essa corrente do PT, pesa o desconforto de parte da bancada paulista com a perda de protagonismo na capital e, consequentemente, no estado. O descontentamento se aprofundou desde o fiasco da candidatura em 2020 de Jilmar Tatto, que teve o pior resultado de um candidato petista na cidade.

Tatto ficou em sexto lugar na eleição daquele ano, com 8,6% dos votos. Até então, o partido costumava ir ao segundo turno ou ao menos ficar na segunda posição geral -sem contar as vezes em que ganhou.

A última vitória petista na cidade foi em 2012, com Haddad, que tentou a reeleição em 2016 e perdeu no primeiro turno para João Doria (então no PSDB).

Outras vozes no PT têm expressado a avaliação de que o acordo será honrado e que as críticas de deputados da legenda poderão ser contornadas até a campanha. O argumento usado para cravar a dificuldade de reversão é o fato de que o próprio Lula costurou a jogada com Boulos e Haddad.

O presidente reiterou em conversa com o aliado há algumas semanas o apoio à candidatura dele em 2024, como noticiou a coluna Painel. Lula disse a Boulos que qualquer um que se coloque contra o projeto estará automaticamente contra ele e o comando do PT tanto em nível federal quanto estadual.

A reafirmação da promessa aconteceu após um mal-estar que surgiu no PT por causa de reunião de Tatto, que é secretário de comunicação do PT e deputado federal eleito, com Nunes, o atual prefeito, que deve disputar a reeleição. Ambos negaram ter discutido eleições no encontro.

Petistas empenhados em minimizar as críticas ao acordo com o PSOL dizem que é ruim para o partido não ter candidatura própria, mas o assunto pode ser encaminhado de forma a neutralizar prejuízos para o PT. A sigla deu demonstrações de força na capital paulista em 2022, com Lula e Haddad sendo os mais votados localmente no segundo turno.

Há ainda o argumento de que apoiar a candidatura de Boulos não significa que o partido ficará sem espaços na construção política, já que a celebração da aliança pode ser condicionada à representatividade na chapa ou à participação no eventual governo.

Presidente estadual do PT em São Paulo e novo ministro do Trabalho, Luiz Marinho afirma que, da parte da legenda, o acordo com o psolista está mantido, mas acrescenta que a consolidação "pressupõe uma sintonia que temos que criar".

"E apostando nessa sintonia PT, PSOL e a federação, porque o PT não é sozinho agora, temos que construir com PC do B, com PV. Mas o compromisso do PT está mantido", diz ele.

Marinho ressalta que pode haver parte da militância insatisfeita e querendo a rediscussão do acordo, mas fala em "manter a persistência nessa construção" e reforça acreditar que o entendimento é possível.

"Temos que considerar a importância de valorizar os aliados. Assim como o PT gosta de ser apoiado, o PT também tem que apoiar alguém algum dia. E creio que é um processo em construção. De minha parte, vamos trabalhar para mantê-lo em pé."

"É evidente que isso está num processo de construção para caminharmos de mãos dadas no curto, no médio e no longo prazo", completa, frisando a possibilidade de o PT compor a chapa.

Marinho, que com a nomeação para o ministério sairá da direção estadual do partido, diz ainda que é equivocado pensar em enfraquecimento do PT com a composição. Segundo ele, a legenda não enxerga "a coisa de forma estática de um certo microterritório" e leva em consideração o cenário mais amplo.

Outra hipótese colocada no partido como uma solução seria filiar Boulos ao PT, o que é descartado pelo deputado eleito.

Procurado, ele não se manifestou. Aliados dele no PSOL afirmam que o relacionamento das siglas na gestão federal ajudará a eliminar ruídos de parte a parte até as definições sobre 2024.

A primeira vez que Lula declarou publicamente apoio à candidatura de Boulos foi em março de 2022, durante evento em Santo André (SP), ao lado do líder sem-teto e de Haddad.

"Temos que fazer a Presidência, o Governo de São Paulo e, em 2024, vamos fazer o Boulos prefeito de São Paulo. A gente vai consertar o país", disse na ocasião.

Haddad, derrotado por Tarcísio de Freitas (Republicanos) na eleição estadual, ratificou o acordo no discurso em que reconheceu o resultado do segundo turno, em outubro.

"Boulos, vai se animando aí, que na capital tive praticamente a mesma votação que você quando venci José Serra [PSDB], em 2012. Isso é muito significativo porque eu tenho um amor profundo por essa cidade e fiquei muito feliz de ver o mapa da cidade todo vermelhinho", afirmou.

Covid-19

Nova variante XBB.1.5 é a mais transmissível já identificada

ANA BOTTALLO/FOLHAPRESS

A identificação de uma nova variante do coronavírus que pode estar por trás do aumento de casos de Covid nos Estados Unidos acende um alerta para o resto do mundo, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Chamada XBB.1.5, ela é descendente da XBB, e já foi identificada em pelo menos 29 países. Nos EUA, ela substituiu as variantes da Ômicron BA.5 e BQ.1, chegando a representar mais de 75% das amostras de alguns locais do país, como Nova York.

Em uma apresentação do grupo técnico da OMS ontem, a epidemiologista e responsável pelo grupo de Covid da entidade, Maria van Kerkhove, disse que "a variante é a mais transmissível até agora devido às mutações que acumulou" e que possui um escape imunológico, isto é, ela consegue fugir da imunidade conferida por vacinas e infecção prévia.

De acordo com a epidemiologista, o comitê técnico da OMS se reuniu na última terça-feira para discutir a alta de casos de Covid na China, mas acabou discutindo também a rápida dispersão da XBB.1.5, que já demonstra sinais de preocupação ao comitê.

"Quanto mais esta variante circular, mais oportunidades terá de mudar, e com isso esperamos novas ondas de infecção em todo o mundo, embora ainda não tenhamos indicação sobre o potencial de gravidade ou quadro clínico", afirmou.

Kerkhove disse ainda que a XBB.1.5 pode estar crescendo em diversos países do mundo, mas que a demora em processar as amostras dificulta a dimensão do cenário. Ela afirmou que há uma clara vantagem de crescimento da variante no nordeste dos Estados Unidos, onde ela conseguiu se tornar dominante em comparação a outras variantes.

Em um estudo publicado no dia 13 de dezembro na revista especializada Cell, cientistas alertam para o escape de anticorpos de subvariantes das linhagens BQ e XBB, incluindo a BQ.1, que foi identificada no Brasil em outubro, e a XBB.1, que deu origem à variante em circulação.

De acordo com a pesquisa, que inclui cientistas da Universidade Columbia e da Universidade de Michigan (ambas dos EUA), o nível de anticorpos em pessoas que receberam três ou quatro doses de vacinas produzidas contra o vírus original de Wuhan (cidade chinesa na qual o coronavírus foi identificado inicialmente) e aquelas vacinadas com bivalentes adaptadas para a ômicron foi praticamente zero contra a XBB.1.

Os casos chamados de escapes vacinais com as variantes BA.4 ou BA.5 da ômicron também não conseguiram impedir uma nova infecção pela XBB.1.

A mesma preocupação apareceu com os anticorpos monoclonais, terapia utilizada para tratar doentes graves com Covid, que praticamente não surtiram efeito contra as variantes.

"A evolução rápida de novas subvariantes (de BQ.1 e XBB.1) e o acúmulo de mutações que elas possuem, especialmente na proteína S (espícula usada pelo vírus para invadir as células) são semelhantes ao que vimos quando surgiu pela primeira vez a Ômicron no início de 2021, levantando assim o alerta de como elas podem prejudicar a eficácia das vacinas contra Covid atuais e de terapias monoclonais", escreveram os autores do artigo.

CHINA

Um dia depois de enviar uma comissão de especialistas à China para discutir a crise sanitária, a OMS (Organização Mundial da Saúde) afirmou ontem que os dados do país asiático não mostram nenhuma nova variante do coronavírus, mas indicam que o regime de Xi Jinping deixou de reportar os efeitos reais da pandemia de Covid-19, em especial o número de mortes.

"Os números atuais publicados pela China sub-representam o impacto real da doença em termos de internações hospitalares, internações em UTIs e, particularmente, em termos de mortes", disse Mike Ryan, diretor de emergências da entidade.

A OMS teve acesso a dados fornecidos pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China (CDC), segundo os quais as variantes dominantes na explosão de casos que se seguiu ao fim da política de Covid zero são as linhagens BA.5.2 e BF.7. Como essas cepas já são conhecidas pelos cientistas, a confirmação pela OMS tranquiliza, ao menos por enquanto, os temores de que a alta circulação do vírus entre os chineses pudesse ser a incubadora para uma nova variante.

Ditadura

Mianmar promete novas eleições após condenar ex-líder a 33 anos

A ditadura de Mianmar prometeu eleições "livres e justas" ontem, dia da independência do país. O anúncio foi feito pelo chefe da junta militar à frente do regime, o general Min Aung Hlaing, em um discurso durante as festividades na capital, Naypyidaw.

O Exército, que há dois anos derrubou o governo democraticamente eleito da Nobel da Paz Aung San Suu Kyi, já havia anunciado a realização de eleições em 2023 –o estado de emergência decretado pelos militares termina no final de janeiro e, segundo a Constituição, eles devem organizar um novo pleito.

Mas as novas eleições são vistas com ceticismo pela comunidade internacional. Desde o golpe de Estado, protestos pró-democracia no país têm sido alvo de uma repressão brutal pelo regime. No mês passado, o Conselho de Segurança da ONU redigiu sua primeira resolução sobre Mianmar em mais de 70 anos, exigindo o fim da violência e a libertação de todos os presos políticos. A União Europeia e nações como Estados Unidos, Reino Unido e Canadá também impuseram sanções à ditadura.

Em seu discurso, Hlaing menosprezou a pressão internacional contra o país e agradeceu às nações com que ele mantém relações, como China, Índia, Tailândia, Laos e Bangladesh. "Trabalharemos juntos pelo desenvolvimento e pela estabilidade das fronteiras", disse ele em um desfile que, numa demonstração de força do Exército, incluiu tanques, veículos blindados, lançadores de mísseis e 750 pombas "da paz" sendo soltas.

A emissora estatal MRTV ainda anunciou a libertação de 7.012 prisioneiros para marcar o 75º aniversário de independência do país do Reino Unido. Embora esta seja uma prática comum do regime em datas comemorativas, não está claro se a anistia vale para presos políticos. Segundo a emissora, a lei não se aplica àqueles condenados por assassinato ou estupro ou cujas acusações incluem uso de explosivos, armas e drogas, associação ilegal e corrupção, ou gestão de desastres naturais.

A ditadura já havia libertado outros 5.774 prisioneiros em novembro, após a aprovação de uma outra lei de anistia que mirava presos com ligações com outros países ou que precisavam de ajuda humanitária. Embora as regras fossem de certa forma ambíguas, a ação foi na ocasião descrita pelo secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, como "um ponto de luz no que, de outra forma, seria um período incrivelmente sombrio".

Entre os contemplados, estavam três ex-ministros do governo de Suu Kyi. A ex-líder civil de 77 anos segue, no entanto, detida em um presídio na capital. Dias atrás, ela foi condenada a mais sete anos de prisão -sua pena já soma 33 anos no total. A comunidade internacional encara o seu julgamento como uma farsa, embora o regime insista que ela foi submetida a um processo justo, liderado por um tribunal independente.

Apesar do isolamento, a ditadura tem tido certo apoio internacional. O Conselho de Segurança da ONU segue dividido sobre como lidar com a crise do país, com a China e a Rússia se opondo a uma intervenção.

O presidente russo, Vladimir Putin, enviou inclusive suas saudações à ditadura, antecipando um "maior desenvolvimento" das relações bilaterais entre os dois países, segundo o jornal estatal Global New Light. A Rússia é aliada e fornecedora de armas da junta, que a defendeu na invasão da Ucrânia que deu início à guerra em fevereiro do ano passado.

EUA

Republicanos estendem racha histórico pelo 2º dia, e Câmara segue sem presidente

THIAGO AMÂNCIO/FOLHAPRESS

Sem avançar nas negociações para se eleger presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, o deputado republicano Kevin McCarthy perdeu a quarta votação no começo da tarde de ontem, escancarando as fissuras na legenda e estendendo o caos no Legislativo pelo segundo dia consecutivo.

Com a posse do novo Congresso após as eleições legislativas de novembro, o Partido Republicano voltou a ter maioria na Câmara após quatro anos e deveria ter eleito ainda na terça um novo presidente da Casa.

Mas McCarthy, líder da legenda entre os deputados, sofreu forte oposição interna e não alcançou os 218 votos necessários na terça-feira passada, em uma performance considerada humilhante e que levou a Câmara a um impasse que não ocorria desde 1923. Foram três votações e três derrotas acachapantes, que começaram com 19 dissidências e terminaram com 20 votos contrários a ele.

Nesta quarta, a quarta votação acabou mais uma vez com 20 votos contrários e houve uma abstenção.

É um número alto dada a estreita maioria da legenda. Os republicanos têm 222 cadeiras da nova Câmara, e o novo presidente precisa de 218 votos, ou seja, só pode ter no máximo quatro oposições, de modo que o político precisaria convencer pelo menos 16 deputados se quiser ser eleito.

A falta de consenso na escolha trava a pauta na Câmara, e os deputados têm de votar quantas vezes for preciso até que o novo presidente seja escolhido. A última vez que não houve eleição para presidente logo na primeira votação foi em 1923, quando a seleção de um republicano demandou nove rodadas.

A história mostra, porém, que McCarthy pode ainda ter chance. Naquele ano, um século atrás, o republicano Frederick H. Gillett insistiu em seu nome e foi eleito após perder oito votações.

McCarthy teve oposição da ala ultraconservadora do partido. Das 20 pessoas que votaram contra ele, 19 são ligados ao Freedom Caucus (bancada da liberdade), grupo republicano de ultradireita. Além disso, 12 repetem o discurso de que a eleição de 2020, quando Donald Trump perdeu para Joe Biden, foi fraudada. A maioria também teve sua eleição apoiada por Trump.

Na manhã desta quarta, o ex-presidente manifestou apoio a McCarthy.

Importante aliado de Trump durante o governo do republicano, McCarthy chegou a ecoar as alegações falsas de que o ex-presidente venceu a eleição de 2020 antes que o resultado fosse confirmado. Com a invasão do Capitólio em 2021, quando uma multidão insuflada por Trump tentou impedir à força a confirmação da vitória de Biden, McCarthy se voltou contra Trump e afirmou que ele era responsável pelo ataque. Habilidoso politicamente, porém, o líder soube ler o cenário e se reaproximou do ex-presidente.

Quem também se manifestou foi Biden, que disse nesta quarta que acha "muito constrangedor que esteja demorando tanto". O democrata será o principal alvo dos republicanos na Câmara, que, agora com maioria, prometem abrir investigações contra o governo e travar a pauta legislativa da Casa Branca.